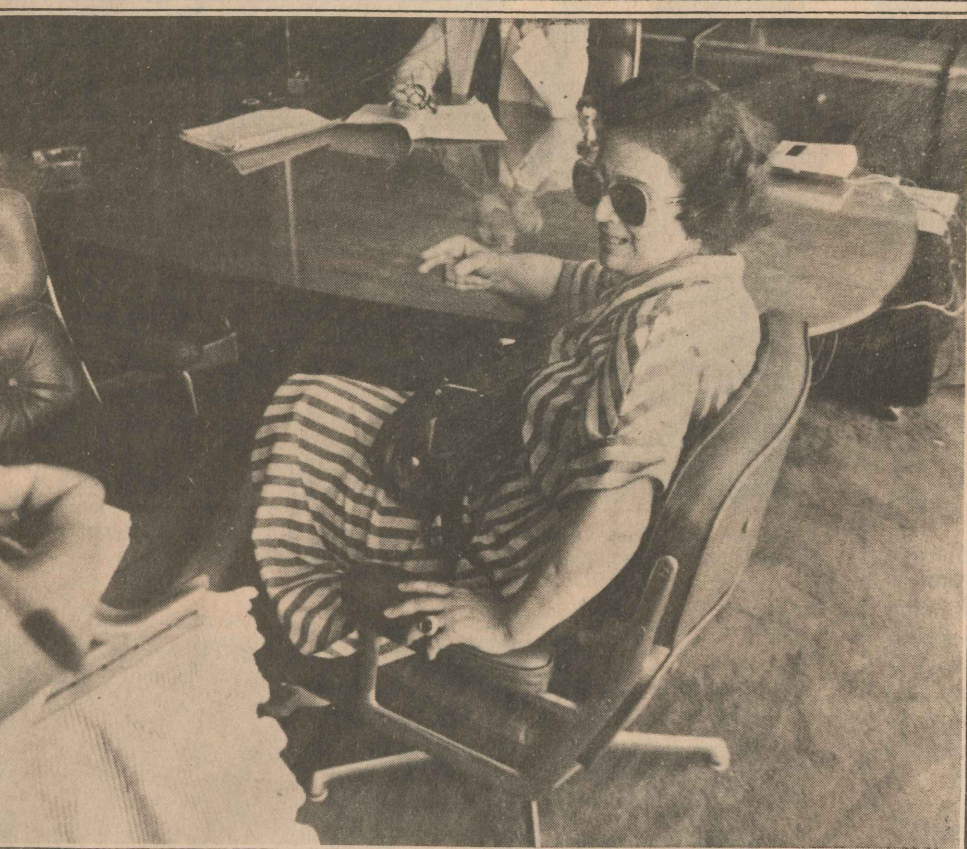


Anna Bernardes



Renato Soares

A GAZETA — O professor Albuquerque deixou a Secretaria de Ensino de 1º Grau do MEC protestando contra o corte de recursos da educação. Ao ser convidado para substituí-lo a senhora acha que terá condições de trabalho?

Anna Bernardes da Silveira Rocha — Ainda não sei se vou para Brasília. A Esther (Figueiredo Ferraz, ministra da Educação) me telefonou dizendo: "Anna, eu preciso da sua ajuda". Eu fiquei de conversar com ela no final deste mês, quando vou a Brasília para a reunião do Conselho Federal de Educação.

A GAZETA — Mas o convite está feito?

Anna Bernardes — Eu não sei ainda para onde iria, nem se vou realmente, pois não discuti a questão

aconteceu em muitos casos, mais vagas em determinados cursos superiores do que demanda de alunos do 2º grau.

A GAZETA — Isso já ocorre?

Anna Bernardes — Já. A maior prova disso é a desativação de alguns cursos.

A GAZETA — Qual seria a demanda não atendida no 1º grau?

Anna Bernardes — Creio que permanece uma demanda de 3 milhões e 500 mil crianças que não encontram vagas nas escolas na primeira série do 1º grau.

A GAZETA — Sem contar a repetência ou a evasão...

Anna Bernardes — Claro. Esses são os que não puderam entrar na escola. Esse é um enorme resíduo que vai ficando aí, sem possibilidades de estudar. É preciso um esforço muito maior do que o que tem sido feito até agora para pelo menos diminuir o problema.

O Espírito Santo estaria acima dos Estados do Norte e Nordeste em matéria de Educação, afirma a professora Anna Bernardes da Silveira Rocha, que foi convidada pela ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, para assumir um lugar no Ministério da Educação (provavelmente a Secretaria

de Ensino de 1º Grau). Casada com o escritor Levy Rocha, a professora Anna Bernardes retornou ao Espírito Santo há três anos, foi membro do Conselho Estadual de Educação e é professora da Ufes.

Em Brasília, onde esteve desde 1961 e se aposentou, a professora Anna Bernardes, entre vários outros cargos, foi professora da Universidade

de Brasília, coordenadora do Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário do Departamento Nacional de Educação e diretora-geral do Departamento de Ensino Fundamental, ambos do MEC.

— Se eu for realmente para Brasília acho que poderei ajudar muito o Espírito Santo. Mas ainda não tomei uma decisão, diz a professora.

O ES não está X tão malsituado em educação

disso, em alguns locais, pode não ser suficiente a abertura de escolas para atender a demanda. Quem sabe a escola não está fazendo exigências que a família não pode atender? Por isso é comum ocorrer ociosidade de vagas em escolas novas. Outro problema é a localização das escolas instaladas em local onde nem sempre são necessárias.

A GAZETA — E por que isso ocorre?

Anna Bernardes — Uma das razões é ação da politicagem.

A GAZETA — O que poderia ser feito para aumentar o controle desses problemas?

Anna Bernardes — Em termos de Secretaria de Educação é instalar o programa e os mecanismos de acompanhamento, tentando fazer as correções em tempo hábil. E não esperando que termine e as estatísti-

fessor, dar facilidades para o seu trabalho. Se ele não se atualiza, não se sente prestigiado. É preciso modernizar essa escola com os recursos da comunicação. A nossa escola continua de giz e palavra.

A GAZETA — A nossa sociedade é cada vez mais complexa e exige maiores conhecimentos. Assim, estaria correto uma preferência para o 1º grau como a senhora propõe?

Anna Bernardes — Existem os recursos próprios do 1º grau. Por exemplo: se aplicarmos aos recursos do salário-educação já será o bastante?

A GAZETA — A senhora acha correto o fornecimento de bolsas de estudo para o 1º grau?

Anna Bernardes — Não. O 1º grau deve ser o ensino gratuito e igual para todos. O poder público deve garanti-lo à sociedade. Mas, evidentemente eu não considero que

foram tomadas. Porém, considero que as 16 mil bolsas que a Vale distribui na Grande Vitória são excessivas. Isso, quando examinei o problema, em 1980. É preciso uma fiscalização para saber se a fraude é por parte da instituição escolar ou pela falta de controle da empresa.

A GAZETA — A senhora tem uma experiência nacional em educação. Em que nível enquadraria, no âmbito do país, a educação do Espírito Santo?

Anna Bernardes — No Brasil a gente tem muita dificuldade em fazer estudos de qualidade. Quando se faz comparações quantitativas, o Espírito Santo não está assim tão mal situado. Não é mal aquinhoado em comparação aos Estados do centro — à exceção de Brasília — Norte e Nordeste.

A GAZETA — Mas a senhora está comparando com a parte inferior...

Anna Bernardes — Não, não.

realmente, pois não discuti a questão com ela. Mas tenho dois problemas para aceitar: preciso fazer uma revisão de um problema que tive na vista e ainda vai depender do que vou conversar com a Esther.

A GAZETA — Este ano o corte de verba do MEC foi muito grande?

Anna Bernardes — É. Eu tomei conhecimento através dos jornais.

A GAZETA — Isso não inviabiliza o trabalho?

Anna Bernardes — A declaração que eu li de parte da ministra é de que isso não repercutiria nos ensinos de 1º e 2º graus, pois o MEC estaria dando prioridade a essas áreas.

A GAZETA — E qual a opinião da senhora sobre esse assunto? É correto essa concentração de re-

“Se há um profissional que precisa ser reabilitado socialmente é o professor”

ursos nos 1º e 2º graus? E o ensino superior?

Anna Bernardes — Eu tenho uma visão sobre a educação básica um pouco diversa da que está comumente aceita. Eu não considero que a educação básica deva abranger o 1º e 2º graus. Acho que a educação básica é a educação universal, de 1º grau, obrigatoria. No nosso país não conseguimos ainda universalizar nem o 1º grau. Assim, pessoalmente, defendo prioridade para o ensino de 1º grau. Eu não vejo como se poderia concentrar recursos prioritários nos dois graus. Isso só poderia ser feito em detrimento do 1º grau.

A GAZETA — Ai não estaria incluído o pré-primário?

Anna Bernardes — Não. Estou falando 1º grau *strictu sensu*, das 8 séries que tão cedo o país não terá condições de oferecer, pelo que se está verificando. Essa é uma razão para dar ao 1º grau um atendimento prioritário. O 2º grau merece uma atenção especial tendo em vista o que houve de expansão do ensino superior. É preciso o seu desenvolvimento pelo menos para que ocorra um acesso ao nível superior de pessoal bem qualificado. Caso contrário teremos também, como já

reduzido agora para pelo menos diminuir o problema.

A GAZETA — Que medidas deveriam ser tomadas para contornar isso?

Anna Bernardes — Uma das medidas seria as secretarias de educação dos Estados desenvolverem melhor o desempenho das escolas nas áreas rurais. É exatamente aí que estamos identificando a ocorrência de maiores índices. E também nas comunidades mais pobres. O MEC já se debruçou sobre o problema, mas é preciso ainda uma maior atenção das secretarias de educação. Um dos grandes problemas no Brasil é que não acompanhamos o cumprimento dos projetos. Por exemplo: temos um projeto de expansão de matrículas, mas não temos um estudo para saber se realmente está ocorrendo essa ampliação. Os dados de matrícula do país estão de tal maneira atrasados que impedem qualquer tipo de correção. Os dados estatísticos de matrícula do 1º grau nós só os temos de 1978. Se isso acontece em termos nacionais, muito provavelmente também exista a nível estadual. Aí, você constrói uma escola. O seu projeto é para 1.500 alunos. Em termos lógicos, você passa a admitir que diminui o déficit em 1.500 alunos. Mas se não se verifica o número de matriculados, se são alunos novos e não outros que se transferem para ela, corre-se o risco de só se verificar um ou dois anos depois que o problema não foi corrigido.

A GAZETA — Isso é geral?

Anna Bernardes — Normalmente vem ocorrendo. Computa-se a abertura de uma escola, mas não se fala no fechamento de outra, por falta de professor, ou por outro problema.

A GAZETA — Aqui no Espírito Santo se fez propaganda política da construção de umas duas mil escolas. Mas não se falou que 1.766 estavam “impedidas”, ou seja, fechadas.

Anna Bernardes — É isso. Essa demanda não é atendida, não é computada, nem tampouco se verifica a razão do fechamento da escola. Será que é por que a professora não teve condições de arranjar meios de se alimentar naquela comunidade, ou por que o fazendeiro deixou de ceder a sala? Há uma série de razões que podem determinar um fechamento de uma escola. Além

“Ninguém controla a aplicação dos projetos de educação”

cas cheguem. Em consequência disso, as construções devem ser planejadas para os locais onde haja uma demanda real. É preciso ainda abandonar a prática de construções faustosas, luxuosas, que não têm o menor sentido em nosso país. E estar pronto a melhorar a qualidade da escola, o que poderá contribuir para que seja bem aceita na comunidade.

A GAZETA — Como levar o professor a participar dessa nova realidade, depois de tantos anos nessa rotina de irresponsabilidades?

Anna Bernardes — Eu acho que se há um profissional que temos de reabilitar socialmente é o professor. A coisa mais séria para as secretarias de educação no momento é fazer retornar o entusiasmo do professor pelo trabalho que ele realiza. Ele está insatisfeito, está se sentindo inferiorizado, está se posicionando como um pária. Há que realizar um trabalho de reabilitação social da tarefa de ensinar. É preciso restabelecer o prestígio do professor, que a sociedade passe a se orgulhar do trabalho que ele fez. Não existe tarefa mais nobre que essa que realizamos.

A GAZETA — Esse seria o fim ideal a ser atingido. Porém, através de quais meios?

Anna Bernardes — O primeiro, na sociedade de consumo em que nos encontramos, é assalariar condignamente o professor. Isso significa dar a ele, pelo menos, o equivalente ao que recebem os profissionais de nível superior. Mas, na verdade, eu não considero que isso solucione o problema. Ele poderia ser muito bem assalariado e nem assim se sentir honrado da tarefa. Em segundo lugar, portanto, precisa haver toda uma campanha junto à sociedade, promovendo seu papel que ele exerce. Tanto para o conhecimento da sociedade quanto também para o convencimento do professor. É preciso reciclar o pro-

cessamento eu não considero que o poder público esteja em condições, no momento, de dispensar a participação da iniciativa privada. Primeiro porque as famílias escolhem a iniciativa privada e têm o direito de fazê-lo pela Constituição. É um preceito democrático. Segundo, se não tem recursos para atender a uma demanda fora da escola, essa é uma questão para ser tratada quando o poder público já tiver resolvido esse problema.

A GAZETA — Existem alunos em escolas luxuosas da Praia do Canto, Bento Ferreira, e outros bairros do mesmo nível, por exemplo, que ganham bolsas de estudo...

Anna Bernardes — E quero crer que essas bolsas não sejam oferecidas pela Secretaria de Educação.

A GAZETA — Pelo menos o que se sabe é que são fornecidas por empresas.

Anna Bernardes — E preciso que o Estado fique alerta para isso.

A GAZETA — Mas as empresas não podem dispor do salário-educação?

Anna Bernardes — Por lei podem, mas para os filhos menores de seus empregados e seus operários. Mas, efetivamente, podem estar ocorrendo desvios. Em princípio eu não contrariaria essa orientação. A empresa pode escolher a escola. Ela pode oferecer a bolsa e ajudar a solucionar um problema de estudo. Mas pode também não fazer nada disso e recolher os recursos para que o Estado forneça a educação aos filhos de seus empregados, a seus operários e a outros (o salário-educação vai além disso). Quando há saldo, a empresa deve recolher. Mas pode ocorrer problemas.

A GAZETA — A senhora poderia dar um exemplo?

Anna Bernardes — A Companhia Vale do Rio Doce mantinha uma rede de escolas. Agora, contribui para a educação através do salário-educação e ainda recolhe uma parte. Mas o Estado não está fiscalizando. No Conselho Estadual de Educação encontramos vários casos de colégios que recebiam um número de bolsas superior à sua capacidade de matrículas.

A GAZETA — Esses colégios foram punidos?

Anna Bernardes — Nós entregamos o caso à Secretaria de Educação. Não sei que medidas

Anna Bernardes — Não, não. Ele perde para o Distrito Federal, mas não perde para a região Nordeste. Está também acima da região Norte, tanto em atendimento da demanda quanto de promoções. Agora, dentro da região Sudeste...

A GAZETA — ... é um Estado nordestino...

Anna Bernardes. É, tem um status educacional inferior ao Rio de Janeiro e o Sul. Isso não é de se estranhar. Por exemplo: Santa Catarina tem taxas superiores de rendimento escolar a São Paulo e Paraná.

A GAZETA — E se a gente examinasse um pouco a qualidade?

Anna Bernardes — Depende do parâmetro que a gente use. Se for pela presença de pessoal leigo na educação, ainda assim o Espírito Santo vai bem em relação ao Norte e Nordeste. Se tomarmos a taxa de repetência ou de evasão escolar, aí também o Espírito Santo estará bem. Mas se formos examinar o enriquecimento de currículo de 1º grau em educação artística, educa-

“Descobrimos no Conselho Estadual de Educação que algumas escolas recebem mais bolsas de estudo do que matrículas”

ção para o trabalho, então provavelmente já teríamos um panorama bem pior.

A GAZETA — A Secretaria de Educação não sabe nem o número de analfabetos do Estado.

Anna Bernardes — Pode não saber por recursos próprios. Mas já existem os resultados do Censo de 80.

A GAZETA — E qual seria o índice de analfabetismo do nosso Estado?

Anna Bernardes — Há um estudo em que se levantou também, com base de amostragem por domicílio, a existência de alunos que já frequentam a escola há três anos e permanecem analfabetos. É uma taxa elevada no Nordeste, mas é baixa no Espírito Santo. Aqui, pelo menos aparentemente, a escola está alfabetizando os alunos que chegam a ela.